

SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTUDO SOBRE O PERFIL DAS FAMÍLIAS QUE SOFRERAM REPERCUSSÕES SOBRE O BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO DE REVISÃO CADASTRAL

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Brasília, 16 de Dezembro de 2014

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Sumário Executivo

ESTUDO SOBRE O PERFIL DAS FAMÍLIAS QUE SOFRERAM REPERCUSSÕES SOBRE O BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO DE REVISÃO CADASTRAL

1. APRESENTAÇÃO

Este sumário executivo apresenta os principais resultados obtidos pelo “Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussão sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral” realizado entre maio de 2012 e setembro de 2013 pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (FUNDEP/UFMG), contratada por meio do Pregão eletrônico nº 22/2011. A pesquisa foi executada no âmbito do Contrato Administrativo nº 09/2012, Processo nº 71000.026783/2011-61.

O programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, é o principal programa de transferência de renda com condicionalidades do Governo Federal. A seleção das famílias potencialmente elegíveis para o programa é feita a partir do Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), cujo preenchimento está sob a responsabilidade dos municípios. O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos no total, permitindo que o governo, nos três níveis federativos, conheça o perfil das famílias mais vulneráveis em cada município brasileiro e efetive sua incorporação não só no PBF, mas também em outros programas sociais do governo.

A revisão cadastral é um procedimento que pretende manter atualizadas as informações contidas no Cadastro Único e garantir a boa focalização do PBF. Trata-se de procedimento por meio do qual todas as famílias que estiverem com o cadastro desatualizado há mais de dois anos são convocadas com três meses de antecedência, por meio de avisos no extrato do PBF ou por carta, a comparecerem para atualizar seu cadastro, seguindo um calendário organizado conforme o dígito verificador do Número de Identificação Social (NIS) do responsável. As famílias que não comparecem para realizar a atualização do cadastro até a data limite (31 de outubro, no caso da revisão 2010) tem seus benefícios bloqueados. Os benefícios permanecem bloqueados até o momento em que as famílias realizam a atualização ou até o dia 1º de janeiro do ano subsequente, momento em que os benefícios são cancelados. Depois do cancelamento do benefício, as famílias podem acessar o órgão gestor do programa no município e solicitar a reversão do cancelamento. Aquelas que não conseguem reverter o cancelamento têm os benefícios permanentemente cancelados. Assim, pode-se distinguir o público que sofre repercussões durante o processo de revisão cadastral em três grupos: os

que conseguem desbloquear o benefício, os que têm o benefício cancelado mas conseguem reverter o processo, e aqueles que tem o benefício permanentemente cancelado.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa foi coletar e analisar dados que possibilitassem a configuração do perfil das famílias que não compareceram dentro do prazo previsto para atualizar seus dados do Cadastro Único e a identificação das razões que levaram ao não comparecimento. Seus objetivos específicos foram:

Identificar o perfil das famílias e dos responsáveis pela unidade familiar convocados para revisão cadastral em 2010 e que não realizaram a revisão no período previsto, fazendo a separação entre três grupos: desbloqueados, cancelados com reversão e cancelados de forma permanente.

Identificar e analisar os motivos que levaram uma parcela das famílias beneficiárias que constituíam o público-alvo da revisão cadastral de 2010 a não realizar a revisão cadastral dentro do período previsto.

Identificar e analisar as razões que levaram algumas famílias a buscar o desbloqueio ou a reversão do cancelamento, por intermédio da atualização do cadastro (mesmo que tardio) e outras não.

Analisar as informações coletadas, considerando as estratégias de divulgação e mobilização das famílias, utilizadas pelos municípios, para a revisão cadastral.

3. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de delineamento transversal e abordagem metodológica quantitativa. Foram coletados dados com os gestores municipais do Programa Bolsa Família e beneficiários nos 148 municípios sorteados para a amostra.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas domiciliares com os responsáveis pelas famílias e entrevistas presenciais com os gestores municipais do PBF (ou representante da gestão por eles indicado). Os questionários foram elaborados tendo por base os objetivos da pesquisa e o conhecimento levantado por meio de grupos focais conduzidos pela SAGI em julho de 2011 em quatro municípios dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, tendo sido posteriormente submetidos à crítica e aprimorados por meio da aplicação de um pré-teste. Todos os 148 questionários de gestores municipais do PBF foram devidamente aplicados. O levantamento deveria contemplar 5.395 famílias beneficiárias do PBF, sorteadas aleatoriamente tendo por base informações do Cadastro Único; no entanto, a base de dados foi finalizada com 5.099 entrevistas. O Trabalho de campo foi realizado

entre maio de 2012 a junho de 2013, concentrando-se, entretanto a coleta de dados das famílias entre os meses de agosto de 2012 e junho de 2013.

Para definição da amostra, considerou-se como universo o conjunto de famílias beneficiárias do PBF que faziam parte da revisão cadastral de 2010 e que tiveram seus benefícios bloqueados por não atualização do cadastro. Dentro deste universo, estratificou-se a amostra em três grupos:

Quadro 1: Situação dos beneficiários pesquisados frente à revisão cadastral de 2010

DESBLOQUEADO: famílias que tiveram seus benefícios desbloqueados sem que tenham passado por processo de cancelamento.
REVERTIDO: famílias que, embora tenham sofrido cancelamento do benefício por conta do tempo de bloqueio sem regularização cadastral, atualizaram o cadastro a tempo de ter o cancelamento revertido.
CANCELADO: famílias que tiveram o benefício cancelado, sem reversão.

A amostra foi sorteada em dois estágios: municípios e, posteriormente, famílias. Os municípios foram sorteados através de amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao tamanho. Municípios com menos de 120 famílias dentro do universo da pesquisa foram excluídos da amostra, e, após o sorteio das famílias, foram estabelecidas listas de substituição obedecendo-se à estratificação estabelecida. A distribuição regional das entrevistas realizadas é apresentada na tabela 1:

Tabela 1: Distribuição amostral da pesquisa

Região	Número de municípios		Número de famílias	
	Universo	Entrevistas	Universo	Entrevistas
Norte	46	14	20.855	450
Nordeste	158	50	80.649	1.931
Sudeste	130	51	71.599	1.864
Sul	58	24	25.482	652
Centro-Oeste	21	8	7.861	202
Total	413	147	206.446 ¹	5.099

1 Cabe notar que este número se refere apenas aos moradores de municípios com ao menos 120 famílias dentro do universo da pesquisa. No total, 450.363 beneficiários sofreram repercussão durante a revisão cadastral de 2010, considerando-se todos os municípios.

4. RESULTADOS

Os resultados obtidos podem ser melhor compreendidos assumindo-se a perspectiva das famílias beneficiárias que, em algum momento, deveriam comparecer ao órgão responsável no município para atualizar seu cadastro mas sofreram repercussões no recebimento do Bolsa Família. A composição familiar, as características do domicílio, as mudanças na situação sociocupacional e de renda de seus moradores, o acesso a outros programas sociais e serviços públicos, as dificuldades no acesso às informações relevantes tempestivamente, todos estes aspectos se entrecruzam na compreensão do fenômeno, emergindo em contextos municipais nos quais intervêm as ações, percepções e estratégias dos gestores municipais para dar encaminhamento ao processo de revisão cadastral em cenários diversos de capacitação e suficiência de recursos humanos e materiais para que o procedimento seja efetivado com êxito.

4.1 Perfil dos beneficiários

Com relação aos responsáveis pelos domicílios, 88,5% eram do sexo feminino, com idade média em torno de 43 anos. No que se refere à escolaridade, 6,6% eram analfabetos e outros 47,2% possuíam até o ensino fundamental incompleto. Apenas 23% haviam completado o ensino médio; 9,6% indicaram ter parado os estudos após a conclusão do ensino fundamental e outros 10,4% iniciaram o ensino médio, mas não o completaram.

O percentual de responsáveis que tinham trabalhado no mês anterior à entrevista chegou a 49,4%, sendo que cerca de 24,9% deles faziam contribuições previdenciárias. A renda domiciliar era em média de R\$ 643,37, sendo o rendimento médio per capita domiciliar de R\$ 173,78.

Considerando o domicílio como um todo, eles eram compostos em média por 3,9 pessoas.

Chama atenção que em 24,8% das famílias entrevistadas há ao menos uma pessoa que precisava de cuidados constantes por motivo de saúde, e em 8,6% dos casos houve situações de gravidez na adolescência. Cabe ressaltar que problemas de saúde na família e confusões ligadas à relação entre o acompanhamento de condicionalidades e a revisão cadastral foram apontadas como causas para a não participação no processo de revisão.

No que se refere às condições de moradia, 78,8% da população amostrada morava em ruas asfaltadas e 94,7% possuíam coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza. A principal forma de abastecimento de água utilizada foi a rede geral de distribuição, com 88,8%; poço ou nascente eram utilizados por 9,0%. Contemplados com rede coletora de esgoto eram 52,8%, 10,2% se utilizava de fossa séptica (que passa por tratamento ou decantação) e mais de um terço dos domicílios tinham apenas fossas rudimentares ou despejavam os dejetos em valas a céu aberto ou

diretamente para rio, lago ou mar. Do total de domicílios, 7,2% não possuíam vaso sanitário. Os pisos eram em sua maioria de cerâmica, lajota ou pedra (56,5%), sendo que outros 35,7% eram cimentados. No que se refere aos bens de consumo duráveis, 99,1% possuíam fogões a gás, 96,4% geladeiras, 30,3% máquina de lavar roupa e 39,8% tanquinho. Não mais que 28,6% dos domicílios possuíam computador e em 66,1% nenhum morador usava a internet. Considerando-se a vizinhança, 45,5% indicaram a existência de pessoas que fazem uso abusivo de álcool ou outras drogas, e 24,6% apontaram que haveriam muitas brigas/discussões.

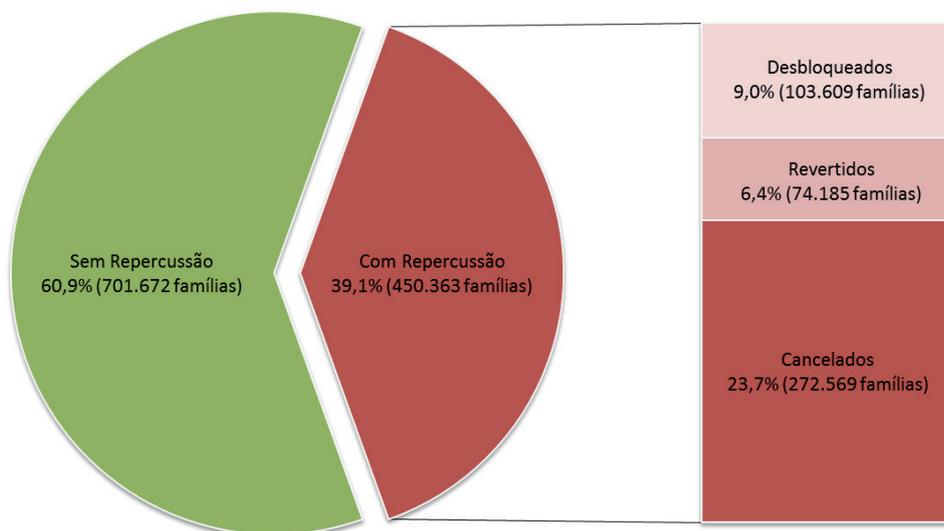
Sobre a existência de serviços públicos próximos (até 15 minutos a pé) do domicílio, 8,6% não contavam com escolas públicas de ensino fundamental, 14,4% não tinham postos de saúde e 22,3% não tinham acesso a transporte público.

É relevante notar que há correlação positiva entre baixa escolaridade do responsável pelo domicílio e o desbloqueio do benefício, enquanto os mais escolarizados mais frequentemente tem seus benefícios cancelados – sugerindo que o cancelamento do benefício está relacionado à superação do limite de renda familiar per capita. São os responsáveis dos domicílios que tiveram o benefício desbloqueado que possuem menores taxas de ocupação enquanto que os que tiveram o cartão cancelado são os que possuem os maiores índices de formalização nas relações trabalhistas – 34% deste grupo possui carteira assinada, contra 27% dos desbloqueados e dos revertidos. Com efeito, enquanto a renda domiciliar per capita média era de R\$ 153,10 para os que tiveram o benefício desbloqueado e R\$ 139,86 para os revertidos, este número sobe para R\$ 191,01 entre os cancelados. Em resumo, as famílias que tiveram o benefício cancelado apresentaram uma condição de vida melhor do que os “revertidos” e “bloqueados”. Da mesma forma, como será analisado adiante, a falta de interesse em compreender a suspensão do Bolsa Família foi mais intensa entre as famílias que tiveram o benefício cancelado.

4.2 O processo de revisão cadastral

Como demonstra a gráfico 1, das 1.152.035 famílias que passaram pela revisão cadastral em 2010, 450.363 (39,1%) sofreram alguma repercussão e estão, portanto, dentro do universo da pesquisa. Destes, 103.609 (23%) tiveram o benefício desbloqueado, 74.185 (16,5%) tiveram o benefício revertido e 272.569 (60,5%) tiveram o benefício cancelado de forma permanente. Assim, dos que sofreram alguma repercussão, 39,5% conseguiram retornar ao programa via desbloqueio ou reversão de cancelamento. Isto significa que, considerando o total de beneficiários que passam por revisão cadastral, 23,7% tiveram o benefício cancelado sem reversão.

Gráfico 1: Taxa de repercussão no processo de revisão cadastral, por tipo de repercussão.



Fonte: SENARC/MDS

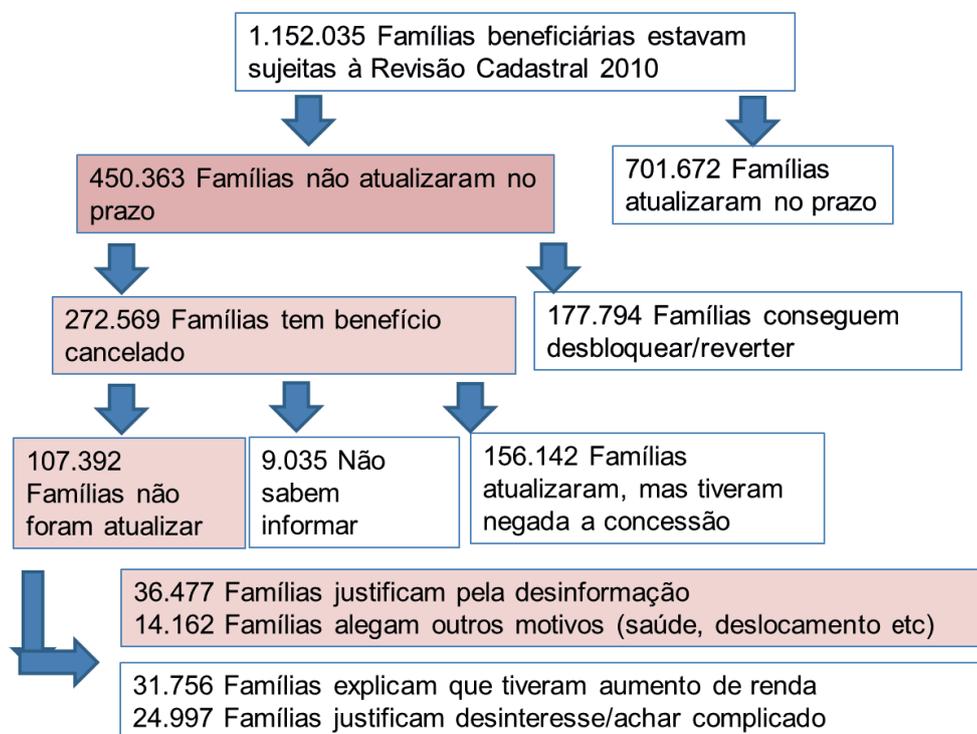
Dos ex-beneficiários que não conseguiram reverter o cancelamento do benefício, 40,9% não chegaram a buscar a atualização do seu cadastro. Assim, tem-se que 8,9% das famílias que passaram pela revisão cadastral tiveram seu benefício cancelado sem buscarem resolver o problema. Outros 59,1% dos cancelados atualizaram o cadastro, mas tiveram negada a reversão do cancelamento do benefício.

Dentre o grupo de cancelados que não foram atualizar o cadastro, destaca-se que 23% indicaram como motivo para a não atualização o aumento da renda e 13,7% apontaram desinteresse ou excesso de complicações/burocracia para a permanência no programa.

A desinformação, por sua vez, foi o motivo declarado por 21,3% dos entrevistados, enquanto 18,4% apontaram como motivos problemas de saúde, dificuldade de deslocamento, mau atendimento e falta de documentação. Pode-se apontar este último grupo como aquele mais vulnerável ao processo de revisão cadastral, haja vista que os motivos indicados apontam para dificuldades relacionadas a uma situação de vulnerabilidade social e desigualdade no acesso ao poder público. Por sua vez, chama atenção também o grupo que aponta para a desinformação como causa da não atualização. Esta desinformação se manifestou de diversas formas, como, por exemplo, entender que o benefício era temporário, não saber que era obrigatória a realização da revisão cadastral, não saber o que fazer ou, simplesmente perder o prazo considerado válido para fazê-lo.

O diagrama abaixo sintetiza o fluxo da revisão cadastral, indicando a parcela das famílias que sofreram algum tipo de repercussão e distinguindo os diversos cenários que se seguiram ao bloqueio inicial do benefício.

Figura 1: Síntese do processo de Revisão Cadastral

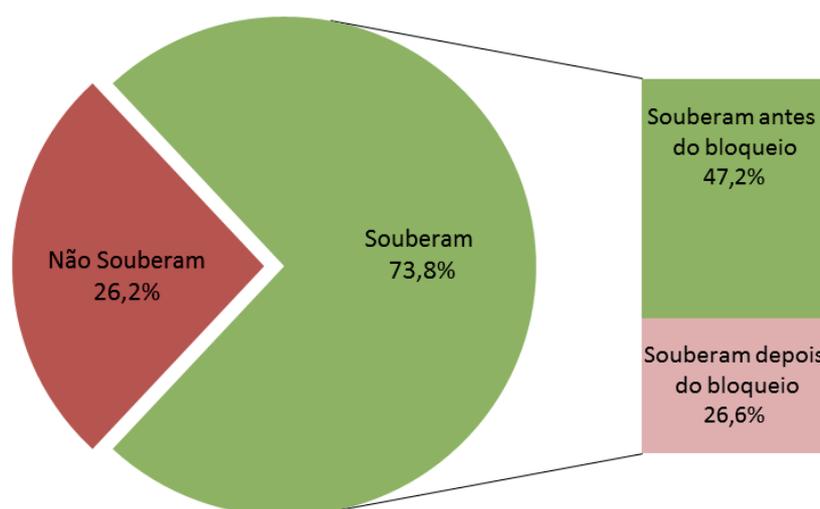


Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

Em resumo, a pesquisa aponta que, das 1.152.035 famílias que passaram pela revisão cadastral, 50.689 (4,4%) apresentam indícios de que podem ter tido seus benefícios cancelados por razões ligadas à vulnerabilidade social da própria família. É importante destacar que parte deste grupo provavelmente não se enquadrava mais no perfil do Programa Bolsa Família. A resposta “desinformação”, por exemplo, abarca uma multiplicidade de situações cuja análise mais aprofundada depende de um estudo qualitativo. Considerando que se trata aqui de pessoas que não foram atualizar o cadastro mesmo depois de terem o benefício bloqueado, tal situação pode indicar tanto situações de assimetria de informação e falta de acesso a órgãos públicos quanto de relativo desinteresse em descobrir a real causa do bloqueio, motivado, por exemplo, por uma melhoria na renda familiar. Com efeito, 78,1% dos cancelados que indicaram não terem ido atualizar seu cadastro por desinformação ou “outros motivos” apresentavam, no momento da pesquisa, renda familiar per capita superior a R\$ 140,00. Ainda que a renda no momento da pesquisa não deva ser confundida com a renda quando da perda do benefício - e seja necessário ter em mente que o desenho do Programa Bolsa Família prevê a garantia da renda de cidadania como uma rede de proteção à volatilidade de rendimentos típica de pessoas com inserção precária no mercado de trabalho - os dados apontam para um cenário em que o número de cancelamentos indevidos é certamente baixo.

Para além dos motivos que levaram determinadas famílias a não se recadastrarem e terem seus benefícios cancelados, uma variável relevante para o estudo do processo de revisão cadastral é o nível de conhecimento geral sobre a necessidade de atualização cadastral por parte dos beneficiários. Considerando que a amostra não abarca a maioria que realizou a atualização cadastral com sucesso, o desconhecimento desponta como elemento importante para explicar o bloqueio de benefícios, apontando para a necessidade de aprimorar os mecanismos de comunicação com as famílias participantes do programa. Aqueles que informaram saber da necessidade de atualização das informações do cadastro não são mais que 73,9% da amostra, sendo que 36% destes foram efetivamente informados após ter o benefício bloqueado (gráfico 2). Ou seja, aproximadamente 246 mil famílias não souberam do processo de revisão cadastral antes de terem o benefício bloqueado. Ao contrário do que se supunha, o desconhecimento não está correlacionado com perfis de renda. Por outro lado, entre os analfabetos o conhecimento do processo é menor (66,8%), o que revela a necessidade de ampliar as estratégias para alcançar este público. Da mesma forma, entre aqueles com menos acesso a serviços da assistência social o conhecimento da revisão cadastral foi menor. Com relação aos três perfis de bloqueio, a correlação é fraca, com exceção do caso dos revertidos, que, como esperado, tenderam a ficar sabendo da revisão cadastral após o bloqueio do benefício com maior frequência (43%).

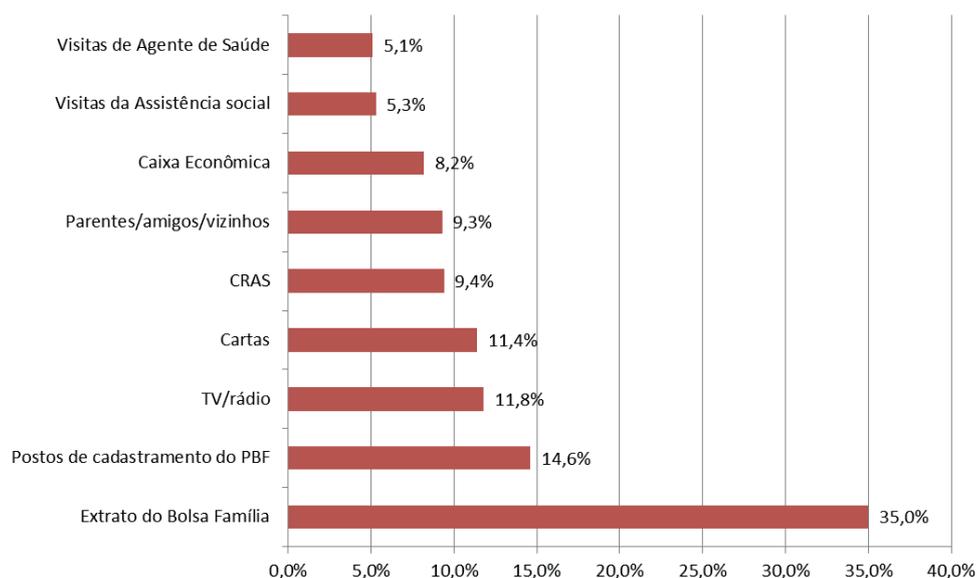
Gráfico 2: Conhecimento da necessidade de fazer a revisão cadastral entre beneficiários que sofreram repercussão:



Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

A pesquisa também questionou as formas pelas quais as pessoas tomaram conhecimento da revisão cadastral. As respostas espontâneas dos entrevistados indicaram que o extrato bancário do Bolsa Família foi a principal fonte de informação (35%), sendo que equipamentos públicos, cartas, funcionários das áreas de assistência e saúde e meios de comunicação também cumpriram papel importante no processo, como aponta o gráfico 3. O extrato do Bolsa Família foi particularmente relevante para aqueles beneficiários a quem serviços públicos essenciais não chegam tão facilmente. Assim, entre os que não possuem CRAS ou lotérica próximos de suas residências o extrato do Bolsa Família teve efeito ainda mais importante, sendo responsável por 38% do conhecimento a respeito da revisão cadastral. Para aqueles sem transporte público próximo, o extrato do Bolsa Família foi responsável por 41,5% das comunicações. As cartas, como esperado, foram menos eficazes nos domicílios cujos responsáveis são analfabetos, e o CRAS foi mais eficaz entre aqueles que receberam visitas de funcionários da assistência social.

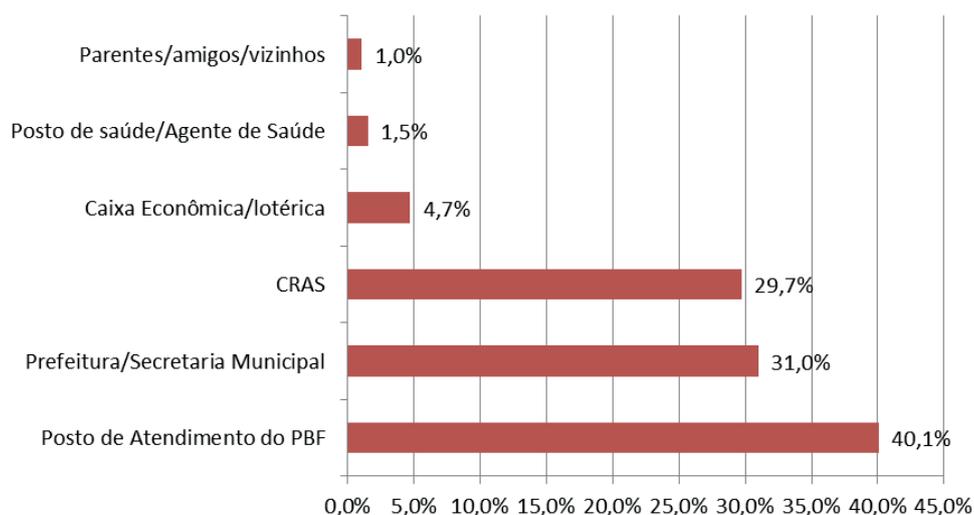
Gráfico 3: Principais meios utilizados para tomar conhecimento do processo de Revisão Cadastral (estimulada, múltipla resposta)



Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

Como se observa no gráfico 4, uma vez bloqueados os benefícios, o locus preferencial para buscar auxílio foi o posto de atendimento do programa. É digno de nota que o CRAS é o equipamento mais procurado quando este existe próximo ao domicílio.

Gráfico 4: Principais meio utilizados para buscar auxílio após bloqueio dos benefícios (estimulada, múltipla resposta)



Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

4.3 A ação dos gestores municipais

Os gestores municipais do Programa Bolsa Família possuem, em sua maioria (72,2%) superior completo, sendo que 28,9% possuem pós-graduação. A grande maioria (91,7%) exerce atividades relacionadas ao Bolsa Família há mais de 2 anos, sendo que 53,5% exercem há cinco anos ou mais. Em 72% dos casos eles foram orientados sobre como conduzir o processo de revisão cadastral de 2010 pela SENARC/MDS, enquanto não mais que 34,5% foram orientados pelos gestores estaduais. A forma mais comum de orientação foram os informes (52,5%), seguido dos e-mails/internet (50%), Instruções Operacionais (45,9%), capacitações presenciais (39,3%), ofícios (26,2%) e capacitações à distância (22,1%). No que se refere às equipes mais diretamente envolvidas com a revisão cadastral, 91,9% destas receberam capacitação presencial e 18,9% receberam capacitação à distância; 4,7% das equipes não receberam capacitação alguma.

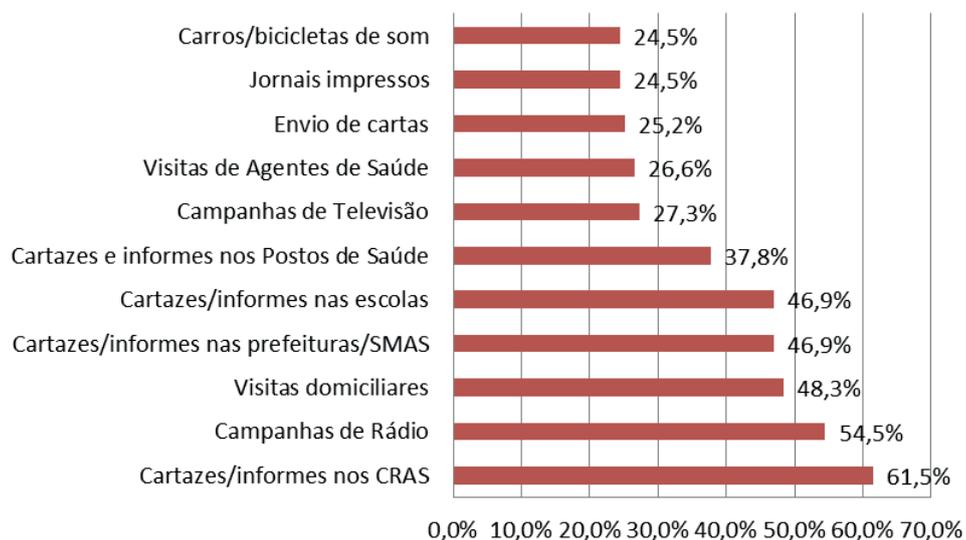
Para a maioria dos gestores (65,3%), há falta de pessoal para realizar a revisão cadastral, sendo que para 47,1% a alta rotatividade e precariedade de vínculo dos profissionais envolvidos é uma dificuldade relevante. O perfil inadequado (15,7%) e a falta de capacitação (14,9%) também foram citados como dificuldades

relacionadas aos recursos humanos. No que se refere à infraestrutura, foram apontadas dificuldades relacionadas à lentidão ou instabilidade da internet (54,2%) e à não-adequação dos espaços físicos (54,2%) e dos computadores (26,2%). A falta de acesso à internet foi citada por 17,8% dos entrevistados.

A atualização dos dados cadastrais se deu com maior frequência nos CRAS (44,9%), na sede das Secretarias Municipais gestoras do Programa Bolsa Família (42,2%) e em centros fixos para cadastramento (36,7%). Em 19% dos casos foram organizados centros volantes para cadastramento e atualização cadastral.

No que se refere à orientação dada às famílias para a realização da revisão cadastral, 48% dos gestores afirmam praticá-la anualmente, e 32,4%, a cada dois anos. As principais estratégias utilizadas são os cartazes e informes nos CRAS (61,5%), campanhas de rádio (54,5%) e visitas domiciliares (48,3%). Cartazes e informes na prefeitura ou na Secretaria Municipal de Assistência Social (46,9%), nas escolas (46,9%) e nos postos de saúde (37,8%) também são frequentemente mencionados, bem como as campanhas de televisão (27,3%) e as visitas dos agentes comunitários de saúde (26,6%) e o envio de cartas (25,2%).

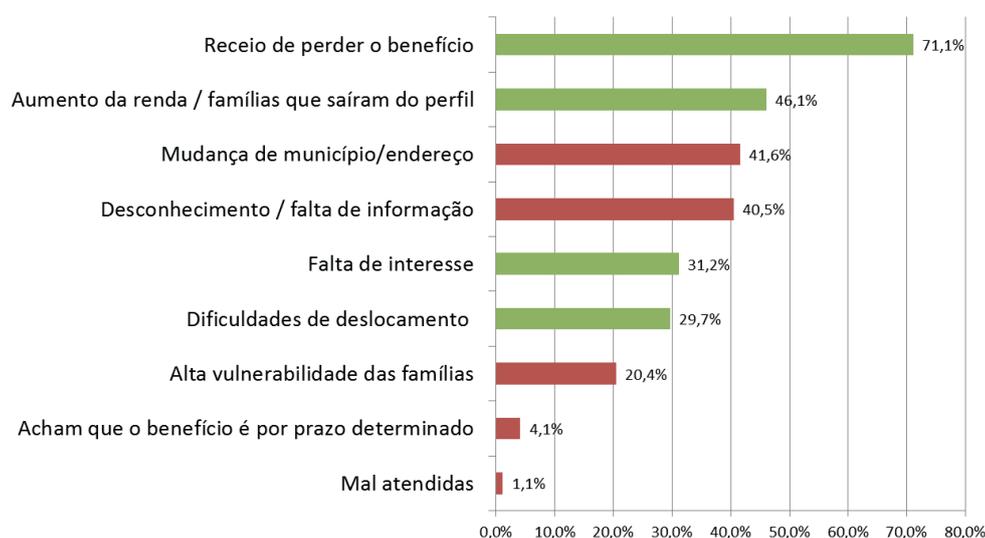
Gráfico 5: Principais estratégias de divulgação utilizadas pelos municípios para informar as famílias convocadas para a revisão cadastral (estimulada, múltipla resposta):



Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

Na visão dos gestores municipais, as principais razões para as famílias não comparecerem para atualizar o cadastro são o receio de perder o benefício (71,1%) e o aumento de renda (46,1%). Entretanto, mudança de endereço (41,1%) e desinformação (40,5%) são problemas também frequentemente indicados. A falta de interesse (31,2%), as dificuldades de deslocamento (29,7%) e a alta vulnerabilidade das famílias (20,4%) também foram mencionadas com frequência.

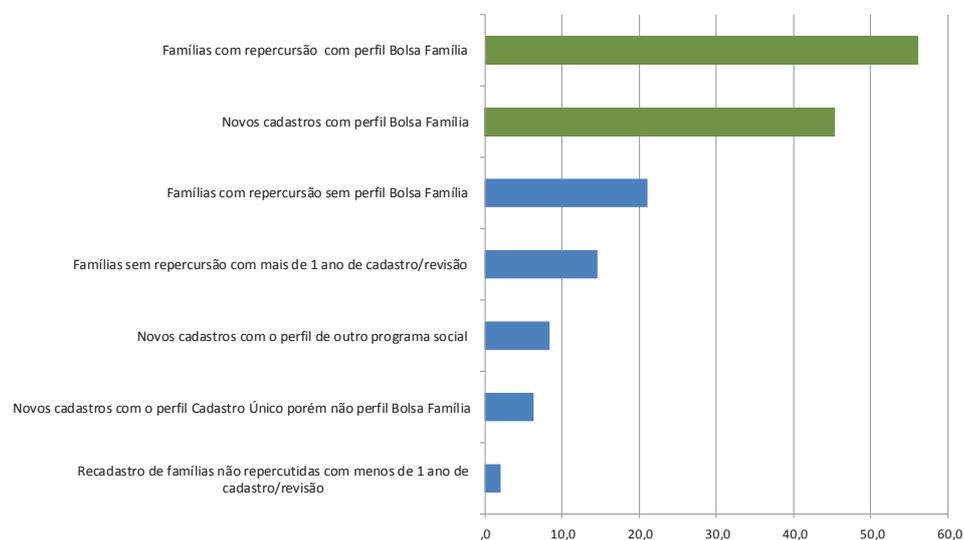
Gráfico 6: Principais razões para as famílias não atualizarem o cadastro, na visão dos gestores (até 3 respostas):



Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

Quando questionados sobre a prioridade para inserção dos cadastros no sistema, considerando os cadastros novos e os que sofreram atualização, os gestores municipais apontam que as famílias que sofreram repercussão cadastral, mas que não saíram do perfil de renda do Programa Bolsa Família são a prioridade número um, seguidos dos novos cadastros com perfil de renda do PBF e, apenas depois destes dois grupos, são priorizados as famílias que sofreram repercussão por revisão cadastral, mas que saíram do perfil de renda do Programa (gráfico 7).

Gráfico 7: Frequência da Primeira Prioridade para Inserção do cadastro no sistema segundo perfil das famílias cadastradas²



Fonte: MDS, Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral, 2013.

Com efeito, um dos principais resultados da pesquisa se refere a esta ordem de cadastramento dos beneficiários. As prioridades dos gestores municipais permitem compreender o processo de revisão cadastral como uma oportunidade utilizada pela gestão municipal para “fazer a fila andar”, incluindo novos cadastrados com perfil de renda no lugar de beneficiários percebidos como fora do perfil, garantindo-se a prioridade de recadastro daqueles beneficiários que seguem em situação de pobreza. Em síntese, os gestores municipais tendem a priorizar as famílias que sofreram repercussão, mas não saíram do perfil para recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. Os novos cadastros com perfil de renda compatível com o Programa Bolsa Família são priorizados frente ao recadastro dos que sofreram repercussão, mas não tem mais perfil de renda. Por fim, os novos cadastros sem perfil de renda para o PBF não são priorizados.

² Notar que alguns gestores indicaram mais de uma opção como “prioridade número um” e por isso o somatório das respostas é maior que 100%.

Ficha Técnica

Execução da pesquisa

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Diretoria de Avaliação

Júnia Valéria Quiroga da Cunha, 2013
Alexandro Rodrigues Pinto, 2014

Coordenação Geral de Resultados e de Impacto

Renata Mirandola Bichir, 2013
Marco Antônio Carvalho Natalino, 2014

Equipe de Acompanhamento da Pesquisa

Bruno Cabral França
Cecília Ishikawa Lariú
Elizabeth Ana Bonavigo
Marcel Taga
Marina Pereira Nova
Marta Battaglia Custódio
Ricardo Rodrigues Dutra
Waldivino João Pereira Júnior

Secretário Nacional de Renda e Cidadania

Luis Henrique da Silva de Paiva

Diretor do Departamento de Benefícios

Walter Shigueru Emura

Coordenador-Geral de Gestão e Análise de Informações

Roberto Seara Machado Pojo Rego

Colaboradores

André Luiz Lara Resende Saraiva

Elaboração do Sumário Executivo

Marco Antonio Carvalho Natalino

Revisão do Sumário Executivo

Cecília Ishikawa Lariu
Marta Battaglia Custódio

Diagramação do Sumário Executivo

Victor Gomes de Lima

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1509 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi